



**PLANO DE
TRABALHO E
GESTÃO**

RAFAEL BORGES

2021 - 2023

**CHEFIA DO
DEPARTAMENTO DE
ÁREAS ACADÊMICAS I**

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Goiás, como um todo, e o Câmpus Goiânia, em particular, passam por um significativo contexto de transição. No momento em que se aproximam os 15 anos de existência da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e os quase 80 anos do nosso câmpus, a comunidade acadêmico-escolar vive a expectativa de novas gestões, tanto na reitoria do IFG quanto na direção do Câmpus Goiânia. Tais gestões apontaram para reorientações significativas quanto às possibilidades propostas para a consecução do ensino, da pesquisa e da extensão vinculados à perspectiva da formação integrada, omnilateral e emancipatória, traço distintivo da Rede Federal. Para além dessas possibilidades, coloca-se também o imenso desafio que se delineia no futuro próximo de retomada das atividades presenciais à medida que a crise sanitária causada pela Covid-19 seja, tanto quanto possível, superada. Não se vislumbra a possibilidade de um simples retorno às atividades presenciais de outrora, uma vez que a pandemia aprofundou desigualdades e explicitou os déficits estruturais de grande parte dos sistemas de ensino no Brasil.

Para além dessas questões mais imediatas, o cenário nacional tem apresentado políticas públicas de educação alinhadas a uma perspectiva ultraliberal associada ao conservadorismo obscurantista e negacionista que ameaça a construção de uma instituição de ensino pública, laica, gratuita, socialmente referenciada e que defenda a ciência e o conhecimento como caminho para a emancipação dos sujeitos. É com tais questões em tela que se apresenta este Plano de Trabalho e Gestão para a Chefia do Departamento de Áreas Acadêmicas I para os anos de 2021 a 2023.

2. A CHEFIA DE DEPARTAMENTO

Este Plano de Trabalho parte de uma concepção ampla do que vem a ser esta atividade de gestão em todo o IFG e especificamente no Câmpus Goiânia. Precipuamente, os Departamentos de Áreas Acadêmicas surgem a partir de uma lógica de gestão dos cursos e das disciplinas considerando-se os eixos tecnológicos, de modo a favorecer a organização didático-curricular no interior da instituição. No entanto, para além das atribuições administrativas e burocráticas previstas no Regimento do IFG, é necessário considerar a

importância da chefia departamental no que tange ao seu papel político, tendo em vista as instâncias colegiadas que ocupa.

Assim, essa proposta defende primeiramente que a gestão acadêmica e pedagógica é fundamental para que se desenvolvam, de modo ágil e eficiente, as ações de ensino, pesquisa e extensão. Com isso, longe de ceder a uma lógica burocrática que assume a gestão em uma dimensão tautológica, é importante que não se faça uma “gestão para gestão”, mas sim, um direcionamento de fluxos e processos capazes de viabilizar cada vez mais e melhor as ações fins da instituição. Essa não é uma questão burocrática, mas política. Quanto mais o IFG se efetivar como instituição formativa, com atividades de ensino, pesquisa e extensão comprometidas com uma educação baseada na noção de emancipação dos sujeitos, mais cumprimos nossa função social e mais teremos legitimidade para defender a nossa existência e o investimento que nos é direcionado.

Apesar disso, os aspectos políticos do cargo são inquestionavelmente mais evidenciados na atuação nas instâncias decisórias e de debate em que a chefia de departamento se faz presente. Internamente, assume-se o Conselho Departamental como espaço de gestão compartilhada com as representações dos segmentos que compõem a comunidade acadêmico-escolar, as áreas acadêmicas e os cursos. Esta instância colegiada se coloca fundamental para a consolidação de uma gestão democrática e participativa, e espaço primeiro de debates sobre projetos institucionais.

Também o Conselho de Câmpus se apresenta como espaço decisório que tem impacto imediato sobre o cotidiano de discentes e servidores do Câmpus Goiânia, não raramente atravessado pelo tensionamento histórico entre os Departamentos locais. Nesse espaço, é crucial que a chefia de Departamento se posicione em defesa de um projeto de instituição comprometido com os princípios educacionais que justificaram a criação da Rede em 2008, tentando sempre que possível, colaborar para a superação das fronteiras interdepartamentais que tanto prejudicam o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no Câmpus. Dessa forma, também importa o diálogo crítico com a Direção do Câmpus, tanto nas reuniões que congregam os chefes dos quatro departamentos, quanto na construção das ações junto às gerências e à Diretoria de Administração.

Externamente, o Chefe de Departamento é membro nato do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepex), ocupando assim, um espaço decisivo nas deliberações quanto às políticas institucionais inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo IFG. No interior deste Conselho, compõe também a Câmara de Ensino,

podendo assumir com isso, papel determinante na indução de políticas para o ensino indicadas pela Proen. Como se manifestará nos princípios que estabelecemos adiante, é de fundamental importância que essas representações estejam empenhadas com a defesa de uma educação pública, emancipatória, integrada, laica e que tenha o enfrentamento das desigualdades e exclusões sociais como compromisso principal, contra toda tendência privatista e tecnicista que ameaça a Rede Federal.

3. CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezados discentes e colegas servidores ligados ao DAA-I,

Venho por meio deste Plano de Trabalho e Gestão, apresentar-me como candidato à Chefia do Departamento de Áreas Acadêmicas I do Câmpus Goiânia do IFG para a gestão entre 2021 e 2023. Sou Rafael Gonçalves Borges, possuo graduação, mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás e estou no Câmpus Goiânia desde março de 2016. Antes de estar no IFG, atuei na rede pública municipal e no sistema privado de ensino em Goiânia e Região Metropolitana, do Ensino Básico ao Superior. Na Educação Básica ministrei aulas e fui Coordenador Pedagógico de Ensino Fundamental e Médio, além de atuar por um breve período junto ao ProJovem, vinculado à SME de Goiânia. Desde 2014, passei a atuar apenas em instituições de Ensino Superior, predominantemente em cursos de Pedagogia.

Tendo sido convocado em 2016, assumi aulas na Licenciatura em História e em cursos Técnicos Integrados do Câmpus, e passei também a compor o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso. Com as mudanças na gestão ocasionadas em 2017, fui eleito pelo colegiado da Área de História para assumir a Coordenação da Licenciatura em maio daquele ano. Nesta função, conduzi como gestor a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de 2015, trabalho finalizado em julho de 2018. Pela Licenciatura, a partir de 2019, assumi a Coordenação da Área de História do Programa de Incentivo a Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), sendo responsável por acompanhar as atividades do Programa até o encerramento do Edital em janeiro do ano seguinte. Com o novo Edital publicado em março de 2020, fui responsável pela elaboração do subprojeto da área de História e pela implementação de seu núcleo a partir de outubro do mesmo ano. Em janeiro deste ano, fui convidado a assumir a

Coordenação Institucional do PIBID, passando a orientar e supervisionar as atividades de todos os subprojetos e núcleos ligados às Licenciaturas do IFG.

Também a partir de 2019 assumi a Coordenação Acadêmica do Departamento de Áreas Acadêmicas I. Em composição colegiada, pudemos ampliar a atuação desta Coordenação junto às ações de ensino, pesquisa e extensão, para além de suas funções recorrentes que envolvem os editais de monitoria e proficiência e a gestão acadêmica da construção dos horários e dos diários dos docentes. Durante todo este tempo de coordenação trilhado, reforço minha participação em momentos e espaços políticos importantes, como no Congresso Institucional entre 2017 e 2018, contexto importante de reformulação dos documentos que têm conduzido as práticas institucionais, dentre eles, o Plano de Desenvolvimento Institucional. Também faço referência à atuação no Conselho de Câmpus entre 2018 e 2020, espaço de disputa política fundamental dentro de nosso Câmpus, e no Comitê Gestor Local de Egressos em período idêntico.

Em paralelo às atividades de ensino e gestão, também tenho me dedicado à pesquisa. Entre 2018 e 2020, coordenei o projeto de pesquisa “Cinema e Modernidade: representação, identidade e dialogismo no cinema contemporâneo”. Deste grupo de pesquisa resultaram artigos acadêmicos e orientações de iniciação científica e de TCC, atividades que permaneço realizando a partir de outras temáticas. Também neste íterim, participei da organização do livro publicado pela Editora do IFG “Licenciatura em História do IFG: dez anos de desafios na formação do professor pesquisador”, no qual pude contribuir com dois capítulos refletindo sobre a formação de professores de História e o ensino desta disciplina. Além dessas pesquisas internas, componho também o grupo de pesquisa interinstitucional “Finalidades educativas escolares e diversidade sociocultural: embates e consequências para o currículo, o ensino e a formação global dos alunos”, coordenado pela Prof. Raquel Marra e pelo Prof. José Carlos Libâneo, da PUC-Goiás, cujas produções se encerram neste ano.

4. PRINCÍPIOS E COMPROMISSOS

O princípio de uma formação emancipatória, libertadora e transformadora é o ponto de origem a partir do qual defendemos a perspectiva de uma educação integral e integrada que não dissocie a formação para o trabalho da apropriação da cultura e da ciência por parte dos sujeitos. Tal formação, quando imprimida a todos os níveis e modalidades de ensino,

concorre para uma autoconstrução crítica de si perante o mundo, a natureza e a sociedade, algo que deve ser oportunizado a todos os grupos sociais, com atenção especial às camadas populares. Esta formação se dá não apenas no âmbito da sala de aula, mas em todos os espaços institucionais que oportunizam momentos formativos como: assembleias estudantis; conselhos e comissões; projetos de pesquisa, ensino e extensão; movimentos sociais etc. Uma prática educativa emancipatória parte de um sentido amplo de educação, que não se resume ao ensino, mas antes, se coloca como dimensão essencial para a humanização de homens e mulheres através da apropriação e (re)produção crítica de conhecimentos e saberes manifestados no trabalho e na cultura acumulados pela Humanidade.

O princípio basilar supramencionado só se consolida nas práticas de uma instituição de ensino quando nesta também se busca a construção de atividades de gestão genuinamente democráticas e participativas. Contra toda prática autocrática, corporativista, patrimonialista e clientelista, a gestão democrática e participativa deve ser marcada pela transparência, impessoalidade e pelo compromisso com o estímulo à participação ativa e representação efetiva dos diferentes segmentos nas instâncias decisórias, nos conselhos e nas comissões. A escuta qualificada das demandas apresentadas pela comunidade acadêmico-escolar deve levar ao fortalecimento dos colegiados e dos debates coletivos, valorizando o contraditório e a diversidade de projetos que atravessam essa comunidade, desde que vinculados à concepção de educação anteriormente defendida.

De igual modo, só se atinge uma educação nos moldes idealizados quando há uma defesa radical de uma educação inclusiva. A inclusão aqui deve ser assumida em seu sentido amplo, contemplando não apenas pessoas com necessidades educacionais específicas, mas também a população em vulnerabilidade social e os grupos minoritários que mais são atingidos pelas desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Esse princípio deve estar atento às opressões dadas segundo as interseccionalidades que acometem as minorias e os grupos alijados dos benefícios das políticas públicas, incluindo aí uma educação gratuita e socialmente referenciada. Assumir a educação inclusiva como princípio também deve nos levar ao compromisso com a atenção às múltiplas acessibilidades necessárias (comunicacional, atitudinal, educacional e arquitetônica) e contra uma perspectiva capacitista no atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas.

5. AÇÕES PROPOSTAS

5.1. GESTÃO ACADÊMICA – ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- Defender nas instâncias superiores a perspectiva da Formação Integrada nos Cursos Técnicos Integrados, sobretudo no âmbito do debate acerca das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio;
- Lutar pela autonomia quanto à manutenção dos quatro anos para os Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio, como no caso do Curso Técnico Integrado em Instrumento Musical;
- Compartilhar as experiências exitosas do Curso Técnico Integrado em Cozinha na Modalidade EJA, de modo a estimular a defesa e o fortalecimento dessa modalidade no interior do Câmpus Goiânia;
- Atuar de modo resistente frente à possibilidade de reformulação dos PPCs dos cursos de Licenciatura em consonância com as novas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Formação de Professores presentes da Resolução CNE/CP 02/2019, que seguem lógica contrária à perspectiva de formação de professores constantes nas Diretrizes para a Formação de Professores do IFG (Resolução 31/2017);
- Aprofundar o sentido da Formação Integrada aplicada a todos os cursos e modalidades, avançando em direção à consolidação de uma identidade institucional atenta às especificidades da proposta de formação da Rede Federal;
- Estimular a concepção de ações de extensão por parte das Licenciaturas do Departamento junto às redes públicas de ensino, que possibilitem a formação continuada dos professores dessas redes;
- Acompanhar, junto ao Conselho de Câmpus e ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV), as propostas apresentadas para a criação de novos cursos no Departamento (como o Curso Técnico Subsequente em Hospedagem);
- Viabilizar, com o auxílio dos servidores técnico-administrativos e da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente (CAPD), as ações de permanência e êxito previstas nos PPCs dos cursos do DAA-I;
- Consolidar o papel da Coordenação Acadêmica na articulação e publicização das ações de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo às iniciativas interdisciplinares;

- Redimensionar, com o auxílio do Conselho Departamental, o papel das Coordenações de Área, ampliando seu caráter pedagógico da mediação das práticas de ensino junto às coordenações de Curso de todo o Câmpus e na proposição de ações interdisciplinares e de projetos integradores, de pesquisa, ensino e extensão, a partir do diálogo, a princípio, entre as áreas do próprio DAA-I;
- Estimular a criação de Núcleos de Pesquisa voltados para a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão considerando o princípio da verticalização a partir dos cursos de pós-graduação existentes, em implantação e de possível criação;
- Demandar junto à Gerência de Administração Acadêmica e Apoio ao Ensino uma reflexão ampliada sobre as práticas avaliativas no Câmpus Goiânia em articulação com as análises dos dados apresentados pela Comissão de Permanência e Êxito e pelo Comitê de Egressos;
- Reiterar a dimensão pedagógica dos Conselhos de Classe e, a partir daí, propor uma discussão aprofundada sobre as recuperações paralelas e as dependências nos cursos técnicos integrados do Departamento;
- Fortalecer o papel da CAPD no interior do Departamento e em seu papel decisivo na constituição de um projeto para as CAPDs de todo o Câmpus através do diálogo interdepartamental;
- Consolidar a representação dos servidores técnico-administrativos na composição dos colegiados de curso de modo a assegurar sua atuação como servidores fundamentais para as práticas pedagógicas do Departamento;
- Colaborar para a estruturação das relações entre a CAPD e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) de modo a garantir que os professores se vejam habilitados a conceber as adaptações necessárias em suas práticas educativas;
- Fomentar a participação dos servidores técnico-administrativos em ações de pesquisa, ensino e extensão;
- Defender junto aos Departamentos de Áreas Acadêmicas a importância dos professores de todas as coordenações de Área nas reformulações dos PPCs dos cursos técnicos e superiores do IFG e no cotidiano das práticas de ensino;
- Problematizar nos espaços deliberativos a oferta de novos cursos (ou a ampliação da oferta de cursos já existentes) que demandem carga horária aos professores das áreas acadêmicas de nosso Departamento, garantindo que estas demandas não impliquem em precarização do trabalho docente.

5.2. GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA

- Conceber políticas indutoras de uma cultura participativa junto aos segmentos da comunidade acadêmico-escolar, garantindo a plena ocupação das vagas nos Conselhos Departamentais e de Câmpus;
- Estimular a articulação do movimento estudantil no Departamento mediante a consolidação dos Centros Acadêmicos a partir do diálogo com o corpo discente;
- Defender a criação de espaço representativo para os Centros Acadêmicos do DAA-I e o Grêmio Estudantil no Conselho Departamental, a fim de que esse espaço seja garantido em uma eventual alteração da Portaria Normativa 05/2019;
- Assegurar a representação discente nos colegiados de curso e nos processos autoavaliativos destes cursos;
- Construir junto ao Conselho Departamental o perfil da nova Coordenação Acadêmica, de modo dialogado e colegiado, bem como possíveis nomes que se identificam com a defesa do projeto de gestão proposto;
- Garantir que a Coordenação de Apoio Administrativo seja ocupada por servidor técnico-administrativo eleito pelo próprio colegiado dos servidores técnicos do Departamento;
- Consolidar, com o apoio da Coordenação Acadêmica e Coordenação de Apoio Administrativo, um documento orientador da gestão, de modo a aprimorar as transições de coordenação e facilitar a apropriação dos fluxos processuais e atribuições pedagógicas das coordenações;
- Reconhecer o papel da coordenação do Teatro na construção da política de ampliação do acesso da comunidade interna e externa a esse espaço;
- Defender nas instâncias cabíveis a flexibilização da jornada de trabalho de 30h dos servidores técnico-administrativos em consonância com o estímulo a sua participação em projetos de ensino e pesquisa e ações de extensão;
- Assumir posicionamento contrário, nas instâncias cabíveis e possíveis, à implementação da Portaria 983 e à reestruturação da jornada de trabalho subordinada a esse documento;
- Prosseguir com o debate democrático em torno da participação de professores em programas de pós-graduação, mantendo como horizonte do debate a identidade da carreira de Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;

- Combater práticas de qualquer forma de assédio (moral, intelectual e sexual) nas relações de trabalho internas ao Departamento;
- Comprometer-se com o debate aberto e transparente na reposição de códigos de vagas que venham a ser desocupados por eventuais aposentadorias, lutando sempre que possível por sua reposição na área original da vaga;
- Colaborar para a criação de um ambiente de trabalho pautado pela comunicação não-violenta, pela gestão de conflitos, pela escuta qualificada e de atenção à saúde do servidor;
- Fortalecer a publicização dos editais de seleção de servidores interessados em afastamento para capacitação e demais programas de qualificação e formação continuada, tanto para docentes quanto para técnico-administrativos.

5.3. GESTÃO DE AMBIENTES, PATRIMÔNIO E ESPAÇOS FÍSICOS

- Garantir o debate sobre a democratização do acesso da comunidade ao Teatro e à quadra poliesportiva, em diálogo com as coordenações responsáveis pela gestão desses espaços;
- Estudar melhorias possíveis na área de convivência dos servidores do Departamento;
- Avançar no estudo do redimensionamento dos arquivos das salas das coordenações, procurando trazer maior salubridade e melhores condições de trabalho a partir da possível ampliação do espaço físico disponível;
- Identificar as demandas necessárias de materiais dos laboratórios vinculados ao Departamento (de Linguagens, de Ensino de História e de Turismo e Eventos) e buscar o seu atendimento;
- Apresentar demandas de reestruturação do espaço físico dos laboratórios ao Concampus no âmbito do estudo de redimensionamento dos espaços do Câmpus proposto pela Direção;
- Buscar meios de aprimorar a estrutura da Sala de Reuniões do Departamento I para sua melhor e maior utilização por parte da comunidade do Departamento.

6. AÇÕES ESPECIAIS

6.1 – Retorno às Atividades Presenciais

No que tange ao debate e às pressões pelo retorno às atividades presenciais, este plano de trabalho e projeto de gestão se compromete com a defesa pelo retorno presencial apenas após a plena ampliação da cobertura vacinal na população. Também nos colocamos terminantemente contrários ao ensino híbrido, considerando que ele exigiria um amplo estudo sobre as condições de infraestrutura sanitária e técnica para concebê-lo, e considerando também que as experiências com essa modalidade de ensino em outros contextos têm implicado em sobrecarga de trabalho para os servidores, principalmente para o docente, que deve se desdobrar entre atividades presenciais e remotas.

Tendo em vista o calendário acadêmico e o lento avanço percebido na cobertura vacinal da população, defendemos que o Sistema de Ensino Emergencial se mantenha até o final do ano letivo de 2021 e que se faça o estudo e o planejamento das condições de retorno. Resta-nos a clareza de que, para este retorno, será necessário o aprofundamento das ações avaliativas do Ensino Remoto Emergencial capazes de identificar lapsos e lacunas na formação dos estudantes ao longo dos dois anos letivos de experiência do SEE. Tais ações serão fundamentais para o estabelecimento de ações curriculares e de estratégias de enfrentamento da evasão e da retenção, que podem impactar negativamente na permanência e no êxito dos estudantes. Nesse sentido também se mostra fundamental a idealização de Projetos de Ensino e Ações de Extensão que procurem mitigar os prejuízos causados aos itinerários formativos dos discentes e que se mostrem prejudiciais à formação que consideramos ser a idealmente oferecida pelos cursos do IFG.

6.2 – Projetos “80 anos do Câmpus Goiânia” e “90 anos da cidade de Goiânia”

Os próximos dois anos serão atravessados por duas datas importantes para a comunidade local e para a sociedade goianiense. Em 2022, o Câmpus Goiânia completará 80 anos, coincidindo com os 80 anos do Batismo Cultural da capital, realizado em 05 de julho de 1942. No ano seguinte, a cidade de Goiânia celebrará os seus 90 anos de fundação. Tais efemérides são oportunidades para aprofundarmos um debate sobre a memória construída e seus impactos na construção das identidades. É recorrente por parte de muitos

membros da comunidade interna e externa do Câmpus, um discurso eivado de nostalgia por “uma instituição que não existe mais”, pelos “tempos da Escola Técnica” em que a instituição era assumida como referência pela sociedade local.

Longe de endossar essa narrativa, mas levando-a em consideração, pensamos que os servidores do DAA-I podem colaborar de modo decisivo e articulado com vistas a posicionar a nossa identidade enquanto Câmpus mais antigo do IFG que conserva sua relevância social na medida em que continua colaborando para a formação de sujeitos qualificados profissionalmente e criticamente habilitados a se posicionar perante as questões sociais. Na relação passado-presente, podem ser concebidos projetos de pesquisa e ensino e ações de extensão que, de modo coordenado, resultem em atividades culturais, esportivas, científicas e políticas que mobilizem todas as áreas do Departamento, conforme sugestões abaixo:

Colegiado da Área de Artes

A Área de Artes tem se colocado constantemente como uma das mais qualificadas em termos de ações extensionistas e projetos de pesquisa e ensino. Através de atividades culturais e da maior utilização do Teatro, podem-se conceber espetáculos e apresentações artísticas abertas à comunidade e que versem sobre a história do câmpus e da cidade e/ou sobre a cultura goiana e goianiense, além da recuperação da memória sobre os eventos já realizados por essa Área ao longo da história do Câmpus.

Colegiado da Área de Ciências Humanas e Filosofia

Esta área - a partir de todas as subáreas que a compõem - é fundamental para problematizar a relação entre memória e história, e sobre as diferentes concepções de ensino e formação profissional que atravessaram a história do Câmpus e da Rede Federal. A defesa da formação atual se dá pela ampliação do debate em torno da formação integrada e omnilateral, em oposição à pedagogia tecnicista/produtivista que caracterizou muitos momentos de nossa história. Também importa refletir sobre a história do câmpus e de seus cursos, colaborando para a criação do Centro de Memória presente no plano de gestão da Direção eleita. Há também a questão central do debate em torno do patrimônio arquitetônico, uma vez que nosso pórtico teve sua reforma finalizada recentemente e que a discussão em torno do patrimônio Art Déco é central para a discussão sobre a “modernidade” da capital goiana.

Colegiado da Área de Educação Física

Em meio ao referido “discurso da nostalgia” é muito comum que apareçam alusões às competições esportivas que havia na antiga “Escola Técnica”. Possuímos uma estrutura excelente que, se acompanhada da garantia de condições de trabalho aos professores da área de Educação Física, poderão recuperar a importância da prática esportiva para promoção da qualidade de vida não apenas dos discentes, mas também de servidores e da comunidade externa. Ampliar a possibilidade de treinamentos e de eventos esportivos, em diálogo com a recuperação desse passado, pode ser uma forma de impactar positivamente a sociedade a partir da abertura dos espaços físicos à comunidade através da realização desses eventos.

Colegiado da Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

A Área de Linguagens tem assumido um importante papel extensionista em diálogo com o cenário atual da sociedade goianiense, na medida em que pensa o ensino de língua portuguesa como segunda língua. É fundamental que tais projetos sejam fortalecidos e publicizados, de modo a referendar a importância de nossas ações de extensão junto à comunidade local, especialmente dos imigrantes de outras nações. Além disso, podem ser realizados projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados para a construção da memória em torno da literatura regional, abrindo espaço para a ampliação do acesso também a novos escritores e novas dinâmicas identitárias e discursivas refratadas por obras contemporâneas das produções culturais goianas e goianienses e diálogos sobre as manifestações artísticas regionais "tradicionais" e contemporâneas, incluindo as novas dinâmicas sociais e das comunidades de refugiados?

Colegiado da Área de Turismo e Hospitalidade

A Área de Turismo e Hospitalidade pode aproveitar as celebrações para ampliar os projetos de pesquisa sobre a realidade do Turismo na capital goianiense de modo a fortalecer o papel dos cursos já oferecidos pela área e as propostas de novos cursos vislumbradas. A discussão sobre o patrimônio arquitetônico em alguma medida também pode perpassar projetos que pensem a relação entre turismo e patrimônios culturais e históricos. Especificamente em relação ao Curso Técnico Integrado em Cozinha, abre-se a possibilidade de projetos e atividades culturais que ampliem as ações já em curso voltadas para a gastronomia regional e o uso de matéria-prima do cerrado, como elemento importante de construção das identidades locais.

Colegiado dos Servidores Técnico-Administrativos

É necessário garantir que os servidores técnico-administrativos também se coloquem como participantes destes projetos de pesquisa e ensino e ações de extensão. Para além, porém, dessa participação, deve-se assegurar que se apresentem também como proponentes quando tal condição lhes for possível. Possuímos em nosso quadro de servidores uma formação ampla e diversificada, que pode não apenas contribuir com a assessoria técnica necessária, mas de igual modo participar ativamente da produção dos resultados idealizados em cada projeto.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Plano de Trabalho e Gestão apresentado procurou dar conta de elementos muito pontuais e que, certamente, podem e merecem ser ampliados a partir do debate capaz de apresentar sugestões, críticas e reorientações que se fizerem necessárias. Reforça-se o compromisso com uma proposta de gestão da Chefia do DAA-I balizada em uma concepção emancipatória da prática educativa, que só se viabilizará institucionalmente se conseguirmos concretizar uma gestão democrática e participativa efetiva, bem como conferirmos atenção real a uma educação inclusiva. Sabedores das contribuições e das necessidades de esclarecimento que certamente serão suscitadas a partir do documento aqui exposto, colocamo-nos à disposição para o diálogo com todas as áreas e coordenações deste Departamento, bem como através do contato pessoal por email: rafael.borges@ifg.edu.br.

Esperamos contar com a participação de todos e todas nestes momentos de debate, não apenas em relação a este projeto, mas também em relação a todos os demais que se apresentarem para a gestão dos próximos dois anos de nosso Departamento. Reiteramos que é somente quando nos envolvemos em tais situações que realmente colaboramos para a vivência democrática em nossa instituição. Conto com seu apoio e sua presença na Reunião do Colegiado Departamental que elegerá a nova chefia de Departamento no próximo dia 27 de julho.

Rafael Gonçalves Borges

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFG